



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

Nº 1341

PROCESSO SMA

Nº 13.636/2005

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental Prévia**, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA/ 495 /2008 para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: TOSCANA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S/A.

CNPJ: 05.362.905/0001-25

LOGRADOURO: AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, Nº 1485 – 19º ANDAR

BAIRRO: JD. PAULISTANO

MUNICÍPIO: SÃO PAULO

CEP: 01452-002

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: LOTEAMENTO RESIDENCIAL TRÊS PONTES DO ATIBAIA E ACESSO

LOGRADOURO: GLEBA 31 – QT.30.014

MUNICÍPIO(S): CAMPINAS

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DESCRIÇÃO: Projeto de parcelamento do solo para implantação de 714 lotes residenciais unifamiliares e 15 lotes multifamiliares, de alto padrão e baixa densidade, 2 lotes comerciais e 5 lotes destinados a clubes, central de segurança e serviços, em gleba de 3.155.350,00 m². Além da área de lotes, o loteamento deverá contar com sistema viário (13,16%), áreas verdes (21,68%), sistemas de lazer (14,68%) e área institucional (4,65%).

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação.
- Previamente à implantação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Instalação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Instalação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental Prévia não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra(m) a presente Licença 01 anexo(s).
- O prazo de validade desta Licença Ambiental Prévia é de 04(QUATRO) ano(s), a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data: 08 / 01 / 07

FRANCISCO GRAZIANO NETO - Secretário de Estado



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 1/4

PROCESSO SMA

Nº 13.636/2005

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 1341

Para a continuidade do processo de licenciamento ambiental e obtenção da Licença de Instalação junto à CETESB, bem como do Certificado GRAPROHAB, o interessado deverá demonstrar o cumprimento das seguintes exigências:

1. Atender as exigências do DEPRN, constantes do Parecer Técnico Florestal nº 65039/2008 - CR1 (Centro Regional Campinas), que estabelece:
 - Fimar Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental junto ao DEPRN, com a finalidade de implantação do Projeto de Restauração das Áreas de Preservação Permanente do empreendimento e do Projeto de Implantação dos Corredores Ecológicos e do Projeto de Arborização do Sistema Viário.
 - Fimar Termo de Compromisso para implantação do Projeto de Manejo de Lianas presentes nos fragmentos florestais existentes na propriedade.
 - Fimar Termo de Compromisso para implantação do Projeto de Educação Ambiental proposto para o Sistema de Lazer alternativo.
 - Requerer autorização para as intervenções em Área de Preservação Permanente e supressão de vegetação nativa, árvores isoladas que forem necessárias para implantação do parcelamento do solo.
2. Atender as exigências do DEPRN, constantes do Parecer de Fauna nº 35/08-CR1, que estabelece:
 - Para os pontos onde passarão estradas ou ruas "devem-se incluir recomendações de três passagens internas mistas", isto é, passagens tanto para a água como para a fauna terrestre, devendo possuir 1,00 metro de cada lado do córrego e não somente quando o córrego tiver mais de 1,5 metros de largura.
 - As passagens de fauna deverão apresentar projetos específicos, apresentando a possibilidade de entrada de luz por cima.
 - Apresentar a ART dos profissionais responsáveis pelo trabalho executado com a fauna silvestre.
3. Apresentar Manifestação do Comitê PCJ para os programas de monitoramento da febre maculosa e educação ambiental, como previsto na Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 070/07, de 17.08.2007, que dispõe:
 - Para a vigilância acarológica proposta, indica-se que seja adotada a constante no Protocolo PVCC (Plano de Vigilância e Controle de Carrapatos) da Secretaria de Estado da Saúde – SUCEN – SP;
 - Em todos os reservatórios de água para amortecimento de cheias, previstos no empreendimento, deverão ser aplicadas ações de vigilância e controle de hospedeiros e vetores de doenças, cujo planejamento deve ser submetido à aprovação da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ;
 - Apresentar Programa de Educação Ambiental, de caráter permanente, permeando todas as etapas de implementação do empreendimento, na forma de capacitação dos usuários, moradores e funcionários, conforme os princípios da Educação Ambiental não-formal, com aprovação da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ, contendo, dentre outros, os seguintes módulos: uso racional da água; drenagem urbana; paisagismo ecológico; moradia sustentável; resíduos domiciliares; doenças de veiculação hídrica; monitoramento e avaliação do cumprimento do Programa de Educação Ambiental.
4. Apresentar, para análise da CETESB:
 - Projeto executivo da Estação de Tratamento de Esgotos do empreendimento, a ser implantada, apenas como alternativa, se a ETE Sousas não estiver em operação.
 - Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil para o canteiro de obras, de acordo

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 2/4

PROCESSO SMA

Nº 13.636/2005

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 1341

- com a Resolução CONANA nº 307/02 e Lei Estadual nº 12.300/06.
- Programa de coleta seletiva e termo de parceria entre o empreendedor e o terceiro setor para implantação do programa de coleta seletiva, na fase de operação do empreendimento, estabelecendo: forma de cooperação, atribuições das partes, recursos envolvidos e prazo de vigência do acordo.
 - Programa de compensação de emissões de CO2.
5. Apresentar a aprovação do projeto executivo do sistema viário, pelo órgão competente da Prefeitura Municipal de Campinas, incluindo:
- Adequação das seções-tipo da via de acesso aos limites estabelecidos pela Prefeitura, constantes da Manifestação de Inteiro Teor da Prefeitura Municipal de Campinas, DEPLAN/SEPLAMA, emitida em 16.05.2008.
 - Medidas de prevenção de processos de instabilização e escorregamento na área diretamente afetada, com base em mapeamento geotécnico que identifique: os diferentes tipos litológicos e respectivos produtos intempéricos, depósitos coluvionares/tálus, foliação metamórfica, sistemas de fraturas, estereogramas das medidas de foliação e fraturas, fotolineamentos e respectivos histogramas e a ocorrência de matacões e blocos.
 - Delimitação das feições erosivas incidentes na área diretamente afetada, acompanhadas de plano de correção e recuperação destas.
 - Localização geográfica das áreas de bota-espera e medidas a serem implementadas para evitar processos erosivos.
 - Adotar inclinações adequadas à manutenção da integridade dos taludes e, caso necessário, indicar as obras de contenção necessárias, especialmente naqueles aonde incidam blocos de esfoliação esferoidal instáveis.
 - Apresentar o decreto de desapropriação ou os termos de acordo firmados entre a Prefeitura e todos os proprietários das áreas atingidas pelo traçado da via, para implantação do acesso ao loteamento.
 - Apresentar autorização dos proprietários atingidos pelo lançamento de águas pluviais da via de acesso e, se for o caso, pela implantação das bacias de dissipação.
6. Apresentar a aprovação do projeto executivo de drenagem, pelo órgão competente da Prefeitura Municipal de Campinas, incluindo:
- Detalhamento dos dispositivos provisórios e de direcionamento das drenagens perenes e temporárias que serão interrompidas por obras de aterro.
 - A adoção de dispositivos que evitem situações de risco, devido à ruptura de aterros, principalmente nas linhas de talvegue e nos locais de alta declividade.
7. Apresentar aprovação da SANASA para os projetos executivos das redes de abastecimento de água e esgotos do loteamento.
8. Apresentar Outorgas do DAEE para interferência em recursos hídricos, referentes a travessias no loteamento e na CAM-10, constantes dos Protocolos nº 199/2008, nº 384/2008 e nº 385/2008.
9. Comprovar a execução do Programa de Prospeção e Resgate do Patrimônio Arqueológico, objeto do Parecer nº 152/2005, da 9ª SR/IPHAN/SP, e liberação da área pelo IPHAN.
10. Apresentar parecer técnico da Petrobrás sobre a utilização das faixas de dutos presentes na área do empreendimento, atendendo manifestação TRANSPETRO/DTO/OLEO/OP/SP/MNFD 2594 – de 06.06.2008.
11. Com relação aos programas ambientais, apresentar:
- Minuta do(s) estatuto(s) da(s) associação(ões) de moradores, incluindo a obrigatoriedade de monitoramento contínuo dos processos erosivos, das vazões e do transporte de sedimentos.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 3/4

PROCESSO SMA
Nº 13.636/2005

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 1341

Para o programa de monitoramento geotécnico, deverá ser estabelecido um período de monitoramento posterior à implantação, compatível com as fragilidades geotécnicas das áreas afetadas.

- Incluir a medição do acúmulo de sedimentos arenosos em todos os sub-programas integrantes do monitoramento do transporte de sedimentos.
- Proposta de campanha educativa e de sinalização viária específica, visando desestimular o lançamento de resíduos sólidos ao longo das vias.
- Programa de Controle de Obras, com detalhamento das medidas de controle ambiental para: obras de solo, inclusive o uso de áreas de bota-espera, visando a prevenção de processos erosivos e proteção das drenagens; geração de resíduos e efluentes; supressão de vegetação e afugentamento de fauna; demanda de tráfego associada à obra, inclusive intervenções no sistema viário; horários e orientações para funcionamento do canteiro de obras e, em particular, para operação de veículos e equipamentos; procedimentos para desativação do canteiro de obras; e capacitação do pessoal de obra quanto às restrições ambientais. O Programa deve contemplar todas as medidas mitigadoras propostas no EIA, aquelas solicitadas ao longo do presente Parecer, além de outras consideradas pertinentes.

12. Apresentar Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, firmado com a SMA, para atendimento do artigo nº 36 da Lei Federal nº 9.985/00, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340/02.

Por ocasião da solicitação da Licença de Operação à Agência Ambiental da CETESB, o empreendedor deverá apresentar relatório final, demonstrando a execução de todas as atividades e medidas ambientais previstas neste processo de licenciamento ambiental, bem como o cumprimento das seguintes exigências:

1. Demonstrar a implantação das passagens de fauna previstas, de acordo com projeto aprovado pelo DEPRN, e o cumprimento do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental e do monitoramento de fauna.
2. Comprovar a conclusão das obras das redes de distribuição de água e de coleta, afastamento e tratamento de esgotos, inclusive aquelas necessárias para interligação com as respectivas redes públicas.
3. Demonstrar a execução dos programas de monitoramento e apresentar os responsáveis pela manutenção dos programas de monitoramento contínuo, na fase de operação.
4. Apresentar relatório contábil, com o montante despendido na implantação do empreendimento, visando a realização de eventuais ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento.
5. Apresentar Regulamento Interno do loteamento, contemplando normas específicas quanto à proteção ambiental e penalidades aplicáveis, em caso de infração. Tais normas devem abordar, pelo menos: (a) o disciplinamento das atividades de obra, no que se refere à prevenção de processos erosivos, utilização de áreas de empréstimo/bota-fora, disposição final de resíduos da construção civil, e preservação de recursos hídricos, vegetação e fauna, em geral; (b) a garantia de manutenção dos índices de permeabilidade sob responsabilidade dos moradores (lotes, passeios), indicando os parâmetros de cálculo, as restrições de uso/ocupação destas áreas e padrões de projeto, onde for o caso; (c) a obrigatoriedade de segregação dos resíduos sólidos domiciliares para coleta seletiva e respectivas orientações; (d) a obrigatoriedade de instalação de sistema de retenção de águas pluviais em lotes, nos termos da Lei Estadual nº 12.526/07, acompanhada de modelo de dispositivo, aprovado pela Prefeitura, que oriente sua execução pelos proprietários; e (e) o disciplinamento do uso das áreas verdes do loteamento, de modo a garantir o cumprimento de suas funções ambientais, nos termos da legislação

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 4/4

PROCESSO SMA

Nº 13.636/2005

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 1341

vigente.

6. Apresentar Manual de Projeto, a ser anexado aos contratos de compra e venda dos lotes, com orientações sobre construção sustentável, abrangendo: (a) condicionantes ambientais (topografia, drenagem, vegetação); (b) parâmetros de projeto (orientação solar, arranjos espaciais, iluminação e ventilação natural); (c) especificação de materiais (procedência, eficiência, vida útil); (d) uso racional e conservação da água (economia, reutilização, infiltração de águas pluviais); (e) eficiência energética (economia, uso de fontes renováveis); saneamento (gestão de efluentes e resíduos).
7. Comprovar a manutenção da cobertura vegetal nos lotes, pelo empreendedor, e apresentar termo de compromisso de manutenção dessa condição, a ser firmado com os futuros proprietários. No caso de áreas institucionais e demais áreas públicas, a manutenção da cobertura vegetal é de responsabilidade do empreendedor até que a prefeitura assuma tal função.

Por fim, cabe acrescentar que a execução de todas as medidas mitigadoras e compensatórias contidas no presente documento é de inteira responsabilidade do empreendedor, a qual será garantida por meio de Relatórios Técnicos de Acompanhamento de Obras, contendo as atividades desenvolvidas, inclusive medidas mitigadoras adotadas, elaborados por profissional habilitado, com recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao Conselho Regional específico. Destacamos que, caso sejam verificadas desconformidades ambientais durante o processo de monitoramento e acompanhamento de obras, o órgão ambiental deverá ser comunicado imediatamente.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem